

Assembleia Nacional de Cabo Verde

JORNAL DO PARLAMENTO

ASSEMBLEIA NACIONAL

www.parlamento.cv

PRAIA, TERÇA-FEIRA, 1 DE DEZEMBRO DE 2015.

Ano 1 | Nº 1

Parlamento aprecia Relatório da CPI-SM

Valdir Sanches



O Parlamento apreciou o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - Segurança Marítima (CPI-SM), na Sessão Plenária de Novembro, dia 23, após ter sido entregue ao Presidente da Assembleia Nacional, Basílio Ramos, no dia 10 de Agosto. Esta CPI-SM trabalhou durante cinco meses, entre visitas a instituições, audições a entidades públicas ligadas ao sector marítimo e portuário e averiguou as circunstâncias do afundamento do navio Vicente e o desaparecimento do navio Roterdão. | 2-3

X Encontro de Quadros de Informática dos Parlamentos da CPLP

O evento, que ocorreu de 13 a 17 de Abril na Assembleia Nacional, destacou a evolução dos serviços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em todos os parlamentos presentes, em especial o cabo-verdiano, o angolano e o timorense. | 7

ASG-PLP / Assembleia Nacional acolheu o XVI Encontro

O XVI Encontro da Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP) aconteceu de 13 a 17 de Julho na Assembleia Nacional e ficou marcado pela adesão da Guiné Equatorial. | 4-5

40 ANOS EXPOSIÇÃO INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE | 5

Reforço da cooperação parlamentar 2015/2016

A Secretária-Geral da Assembleia Nacional, Libéria Brito, rubricou acordos de programas de cooperação com os parlamentos da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. | 5

Deputados aprovam reforço da participação política dos cidadãos



Os Deputados aprovaram, na Sessão Plenária de Julho, entre outras leis, o regime de iniciativa legislativa directa de grupos de cidadãos eleitores, por unanimidade. | 6

www.parlamento.cv

o seu canal de informação parlamentar



Visita Virtual do Palácio da Assembleia Nacional de Cabo Verde



Brevemente
leia no
telemóvel



Deputados apreciaram relatório da CPI-SM

Na Sessão Plenária de Novembro, os Deputados apreciaram o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito - Segurança Marítima (CPI-SM), que averiguou as circunstâncias do desaparecimento do navio Roterdão e o afundamento do navio Vicente.

A Sessão Plenária de Novembro ficou assinalada pela apreciação, no dia 23, do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito-Segurança Marítima (CPI-SM), que averiguou as circunstâncias do desaparecimento do navio Roterdão e o afundamento do navio Vicente.

A CPI-SM, criada pela Resolução n.º 121/VIII/2015, de 4 de Março, que tomou posse no dia 11 do mesmo mês, era composta por dez Deputados, sendo seis do PAICV e quatro do MPD, sob a presidência da Deputada Eunice Silva do MPD, partido que requereu a criação desta CPI-SM.

A CPI-SM realizou, durante cinco meses, audições a personalidades distintas que actuam no sector marítimo e portuário, designadamente os armadores dos dois navios, inspectores e os capitães dos portos de Sotavento e Barlavento, dirigentes e inspectores da Agência Marítima Portuária (AMP), dirigentes da



Guarda Costeira e da Polícia Marítima, além de audições a alguns sobreviventes do navio Vicente e familiares de desaparecidos do navio Roterdão.

O périplo de visitas às instituições ligadas aos sectores marítimo e portuário iniciou na cidade da Praia, com deslocações à Enapor e à Capitania dos Portos de Sotavento, no mês de Maio, visando conhecer a orgânica, a estrutura e o funcionamento dessas instituições.

Os membros da CPI-SM presentes - além da presidente Eunice Silva, os Deputados Jorge Nogueira e Pedro Alexandre, todos do MPD,

ouviram as explicações de dirigentes e funcionários sobre as condições de trabalho no desempenho das suas funções.

Seguiu-se a deslocação à ilha do Fogo, de 3 a 5 de Junho, onde foram auditados, entre outras personalidades, o delegado marítimo, o agente de exploração da Enapor, o comandante do navio Kriola, o director da Enapor, o chefe de Secção das Operações Portuárias, dois agentes da Polícia Marítima, além do Presidente da Câmara Municipal de São Filipe, Luis Pires, e alguns sobreviventes do acidente do navio Vicente.

Na deslocação à ilha de São Vicente, de 8 a 10 de Junho, a Comissão visitou as instalações do Comando da Guarda Costeira (GC), da Agência Marítima e Portuária,

além do Porto Grande, onde os membros tiveram acesso a informações sobre as embarcações de busca e salvamento da GC, que se encontravam estacionadas no cais.

Naquela ilha a CPI-SM realizou treze audições a personalidades ligadas ao sector marítimo e portuário, nomeadamente o PCA da AMP, ex-presidente do Instituto Marítimo Portuário (IMP), os directores dos Serviços de Segurança Marítima e dos Serviços de Inspeção da AMP, além de inspectores e sobreviventes do afundamento do navio Vicente.

A CPI-SM efectuou

audições, no dia 9 de Julho, na Assembleia Nacional, aos ministros da Administração Interna, Marisa Morais, dos Assuntos Parlamentares, Rui Semedo, das Infra-estruturas e Economia Marítima, Sara Lopes. No mesmo dia, no período da tarde, foi a vez do armador do navio motor Roterdão, Isaac Mascarenhas, prestar declarações aos membros da Comissão.

A CPI-SM concluiu as audições, no dia 20 de Julho, com o armador do navio Vicente, Gerrard Ascher.

Esta CPI-SM terminou as averiguações, elaborou as conclusões e o Relatório Final antes do término do prazo do seu mandato, que era de cento e oitenta dias, de acordo com o estipulado na Resolução.

O Relatório Final foi aprovado em reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI-SM), no dia 5 de Agosto, por unanimidade.

NAUFRÁGIO DO NAVIO VICENTE

Causa principal divide partidos

A CPI-SM tinha como um dos objectivos averiguar as circunstâncias em que se deu o afundamento do navio Vicente.

Segundo a Presidente da CPI-SM, Deputada Eunice Silva, as conclusões do Relatório Final apontam para várias causas, designadamente a questão do sobrecarregamento do navio, o mau tempo, a deficiência na gestão do tráfego dentro do porto e também o erro do Capitão. “Há mais e no Relatório não-de aparecer.”

Eunice Silva realçou que representa as duas bancadas, que é a presidente da Comissão e exerceu a sua

função enquanto tal.

A Presidente da CPI-SM destacou que os dois partidos divergiram em três pontos: busca e salvamento; controlo e fiscalização nos portos; situação das famílias. “Todos os caboverdianos sabem que os meios públicos



Deputada Eunice Silva, em declarações aos jornalistas após a entrega do Relatório Final.

de busca e salvamento, que estão sob gestão da Guarda Costeira, não estiveram envolvidos no processo.”

A Deputada afirmou que a CPI-SM constatou a existência de dois barcos apropriados que estavam acostados no Porto Grande, o “Pon-



Deputada Eunice Silva, em declarações aos jornalistas após a entrega do Relatório Final.

ta Nhu Martinhu” e o “Ilhéu dos Pássaros” sob a alçada da AMP, ex-Instituto Marítimo Portuário. “Deviam estar na Guarda Costeira que trata da parte operativa, mas o PAICV entendeu que essa matéria não deveria constar do Relatório, fomos ao voto e o MPD saiu vencido, a matéria foi retirada”, criticou.

O controlo e fiscalização nos portos de Cabo Verde foi também um ponto divergente entre os dois partidos e que não consta das conclusões do Relatório. “O PAICV entendeu que não era relevante e essa matéria também ficou de fora, porque votou que não devia constar”,

esclareceu.

De acordo com Silva, é um facto para o MPD que há um grande défice a nível de controlo e fiscalização, quer nas saídas ou entradas de navios nos portos.

O terceiro aspecto que dividiu os partidos, com representação na CPI-SM, foi a situação dos familiares das vítimas do naufrágio.

Segundo Eunice Silva, o PAICV entendeu que se dev passar toda a responsabilidade em relação às famílias para o armador, mas o MPD discordou. “Não é possível porque o armador não vai cumprir e não há condições para isso e as pessoas vão continuar desem-

paradas”, afirmou e criticou que “todo o sistema falhou, o governo podia tomar a rédea deste processo, no sentido até de solidariedade para com as famílias e apoiá-las, porque o seguro de responsabilidade civil do armador não cobre, nem de perto, nem de longe, as indemnizações às famílias.”

“A manobra perigosa do comandante é, para nós, a causa principal do naufrágio.”

Euclides de Pina

O Deputado Euclides de Pina (PAICV), Vice-presidente da CPI-SM, afirmou, em declarações à imprensa, que a causa principal do naufrágio do navio Vicente foi a manobra perigosa do comandante. “O MPD acha que não, que a sobrecarga foi a causa principal, não é verdade”, disse e frisou que “a sobrecarga pode ser uma causa circunstancial, porque se

fosse fundamental o navio afundaria no porto da Praia, mas chegou ao Fogo.”

Segundo o Vice-presidente da CPI-SM,



Deputado Euclides de Pina (PAICV), Vice-presidente da CPI-SM, em entrevista à imprensa, depois da entrega do Relatório Final.

além da manobra do comandante, as condições adversas do mar, com ondas de até cinco metros, também contuíbaram para o naufrágio. “Aprovámos o Relatório, mas o MPD não fez a leitura por ordem dos factos”, afirmou e rebateu “A Presidente fala da manobra do comandante de uma forma muito dissimulada, que é a causa principal, as outras são circunstanciais.”

De acordo com ele, quem conhece o mar do

Fogo sabe que não é possível sair do porto da Praia até o Fogo com um barco com problemas.

“O armador do navio é responsável, o comandante também seria o responsável, mas morreu no acidente.”

Euclides de Pina

Este Deputado disse que não está provado que o barco estava sobrecarregado. “Há declarações do Capitão dos Portos de Sotavento, o engenheiro João de Deus Carvalho Silva que diz que não”, afirmou.

Entretanto, Eu-

Editorial

Comunicar hoje em dia, para qualquer organização, é uma questão de sobrevivência. Se é certo que esta questão não se coloca com a mesma acuidade para as instituições públicas do que para as privadas, a boa imagem e credibilidade dessas instituições junto da sociedade passa por uma comunicação estratégica com esta.

Com efeito, muitos equívocos ou mesmo o desconhecimento acerca do trabalho parlamentar, com reflexos para a imagem do Parlamento e dos Deputados, acontecem, fundamentalmente, porque esta instituição não se tinha dotado de estruturas e instrumentos para se comunicar com os cidadãos.

O novo site da Assembleia Nacional, a criação do espaço cidadão e, sobretudo, da necessidade de um Gabinete de Comunicação de Imagem são esforços que se inserem no quadro da Reforma do Parlamento e traduzem a aposta da Casa Parlamentar em reverter esta lacuna/necessidade de há muito reconhecida.

O Jornal do Parlamento, formato digital, que ora se dá a estampa, e cuja periodicidade se propõe que seja mensal, enquadra-se também neste esforço e pretende ser um espaço de divulgação de acontecimentos sobre a Assembleia Nacional, propiciando aos parlamentares, aos dirigentes, aos funcionários e à sociedade em geral informações actualizadas sobre a vida parlamentar.

Nesta primeira edição, o Jornal da Assembleia Nacional, traz ao leitor-cidadão um conjunto de acontecimentos e notícias que marcaram o ano Parlamentar 2014-2015, com especial destaque para a aprovação, por unanimidade, do Projecto de Lei de iniciativa legislativa directa de cidadãos eleitores, reforçando, assim, a participação política; o reforço da cooperação parlamentar com os países de língua portuguesa; a posse de órgãos externos à Assembleia Nacional; além do balanço de actividades parlamentares que tiveram lugar durante o referido ano, pelo Presidente da Assembleia Nacional e das forças políticas com assento parlamentar.

MOMENTOS PRESIDENTE - ASSEMBLEIA NACIONAL



Basílio Ramos recebe nova Embaixadora da Espanha, Caridad Batalla Junco, 19 de Agosto de 2015.



Visita de coretsia do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Iecker Vieira, 1 de Setembro de 2015.



Encontro com quadros de informática dos Parlaamentos de Língua Portuguesa, 13 de Abril de 2015.



Audiência de despedida ao Embaixador da França, Philippe Barbry, 1 de Setembro de 2015.

Mesa da Assembleia Nacional - 7.ª Legislatura

Presidente: **Basílio Mosso Ramos (PAICV)**

1.º Vive-Presidente
Júlio Lopes Correia (PAICV)
2.º Vice-Presidente
Carlos Alberto Wahnnon de Carvalho Veiga (MPD)
Secretária
Nilda Fernandes (PAICV)
Secretário
Hermes Silva dos Santos (PAICV)
Secretário
Austelino Tavares Correia (MPD)
Secretária-Geral: **Libéria das Dores Antunes Brito**

Secretaria-Geral

Núcleo de Comunicação e Imagem

Jornal do Parlamento

Coordenador de Jornalismo: Paulo Mendes

Layout e diagramação: Paulo Mendes

Editor: Paulo Mendes

Fotografia: Valdir Sanches

Editorial: Paulo Veríssimo

jornal@parlamento.cv | Redacção: (238) 2608176

Acesse na internet em: www.parlamento.cv/jornal

ASSOCIAÇÃO DOS SECRETÁRIOS-GERAIS DOS PLP



Libéria Brito, Secretária-Geral da Assembleia Nacional, Presidente cessante da ASG-PLP, no seu discurso de abertura do XVI Encontro, que ocorreu no Salão Nobre.

Assembleia Nacional acolheu XVI Encontro

O XVI Encontro da Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP) aconteceu, de 13 a 15 de Julho, na Assembleia Nacional.

Na cerimónia de abertura, o 2.º Vice-presidente do Parlamento, Deputado Júlio Correia (PAICV), destacou que a ASG-PLP tem muita relevância para o desenvolvimento e o reforço das relações entre os parlamentos e tem contribuído, sobremaneira, para o desenvolvimento das administrações parlamentares. “A troca de experiências sobre as melhores práticas parlamentares deve ser estimulada” frisou e realçou que “trata-se de um mecanismo de aproximação entre os funcionários dos

nossos parlamentos.”

A Secretária-Geral da Assembleia Nacional, Libéria Brito, exprimiu, na sua mensagem de boas vindas aos membros da ASG-PLP, a sua profunda satisfação pela presença de todos no XVI Encontro. “Estamos conscientes de que todos juntos e com o entusiasmo de sempre confluiremos para o fortalecimento da nossa Associação, em prol dos nossos parlamentos membros.”

O XVI Encontro teve a apresentação dos relatórios de actividades dos diversos parlamentos, além dos painéis temáticos sobre a modernização, a gestão estratégica e a problemática da Segurança da Informação e Comunicação.

Cooperação parlamentar centralizou as atenções

Os secretários-gerais dos PLP partilharam visões convergentes sobre a importância da cooperação entre os parlamentos, no âmbito do XVI Encontro da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP).

De acordo com Cássia Botelho, Directora Geral Adjunta da Câmara dos Deputados do Brasil, neste processo de cooperação é muito importante o compartilhamento de informações e de experiências entre as instituições parlamentares.



em alguns sistemas de informática que cedemos a outros parlamentos que passaram por adaptações.”

Cássia Botelho

Botelho explicou que

Aprovada adesão do Parlamento da Guiné Equatorial

Os membros da ASG-PLP aprovaram, 13 de Julho, a adesão dos Secretários-Gerais da Câmara dos Deputados e do Senado da Guiné Equatorial àquela instituição.

O Secretário Geral do Senado da Guiné Equatorial, Victorino Nka Obian Maye, frisou que o pedido de membro da ASG-PLP vem na sequência da adesão à CPLP, ocorrida no ano passado, em Timor Leste. “A nossa candidatura foi solicitada, seguindo as normas estatutárias da CPLP para participarmos plenamente nos trabalhos da ASG-PLP, por se tratar de uma cooperação interparlamentar, que visa melhorar o funcionamento da administração parlamentar, intercambiar experiências, ver as dificuldades que temos e compartilhar as nossas visões de futuro.”

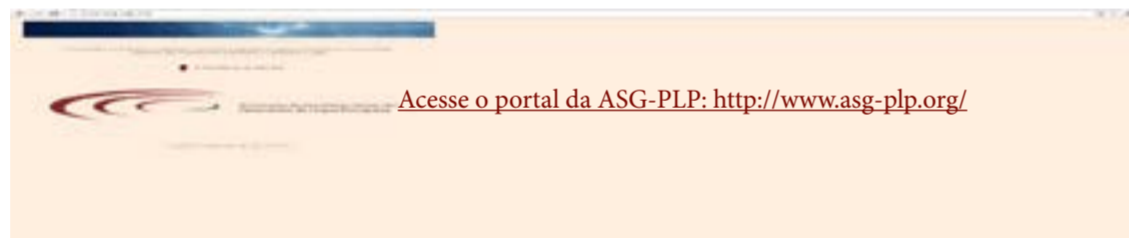
Para Victorino Maye, a adesão é importante para um jovem parlamento, sobretudo pela particularidade de ser bicameral, uma

destinada aos Deputados e outra aos senadores. “A nossa experiência e a dos parlamentos é importante para haver uma visão convergente das actuações no futuro.”

A presidente cessante da ASG-PLP, Libéria Brito, assinalou como um marco, o facto de a Associação, a partir do XVI Encontro de Cabo Verde, passar a contar com mais dois membros de pleno direito. “Refiro-me à adesão das secretarias-gerais da Câmara dos Representantes e do Senado da República da Guiné-Equatorial, que ocorre na sequência da afiliação daquele país à família da CPLP, aprovada



Os membros da ASG-PLP disseram, sim, ao pedido de adesão dos representantes do Senado e da Câmara dos Deputados da Guiné Equatorial.



na X Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizado em 23 de Julho de 2014, em Dili, Timor Leste.”

Já o 2.º Vice-presidente do Parlamento Caboverdiano, Júlio Correia, destacou a concretização da adesão à ASG-PLP do Parlamento da Guiné Equatorial. “Registo com agrado o crescente prestígio da CPLP, o que tem despertado a atenção e o interesse de muitos países e organizações.”

modernização dos parlamentos, momentos de crescimento colectivo para os secretariados das diversas instituições parlamentares.”

Armando Correia

Armando Mário Correia, Secretário-Geral da Assembleia da República de Moçambique, enfatizou que o Encontro decorreu otimamente, enaltecendo a oportunidade de não só aprofundar-se o conhecimento interparlamentar, mas também do reforço de toda a abordagem estratégica na perspectiva institucional dos secretariados.

“Estamos a falar da modernização dos parlamentos, momentos de crescimento colectivo para os secretariados das diversas instituições parlamentares” realçou e finalizou que “temos o nosso plano estratégico aprovado, com ideias à modernização, no sentido do *E-parliament*, o que guia-nos para a consolidação dos cinco eixos delineados.”

ASG-PLP elegeu novo presidente

O Secretário-Geral da Assembleia da República de Moçambique, Armando Mário Correia, é o novo presidente da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), deliberado no último dia do XVI Encontro, sendo que a Vice-presidência ficará a cargo da Secretária-Geral da Assembleia da República de Portugal.

O novel presidente declarou que pretende, com a colaboração dos antecessores, dar continuidade às actividades da ASG-PLP no sentido de crescimento dos domínios que foram definidos. “A prioridade é a modernização dos parlamentos, através do reforço da capacidade institucional, no domínio dos centros de dados electrónicos (Data-Center)”, afirmou e expectou ainda



Armando Mário Correia, Secretário-Geral da Assembleia da República de Moçambique, o novo Presidente da ASG-PLP.

que “a gestão estratégica e a administração com visão de parcimónia é o que temos pela frente.”

Durante o último dia do XVI Encontro, 15 de Julho, foi apresentado o Relatório de actividades 2014-2015, além da discussão e aprovação do Plano de actividades para 2015-2016.

Antes do encerramento, a Directora Adjunta da Câmara dos Deputados do Brasil, Cássia Botelho, entregou uma

Moção de Elogio e Agradecimento à presidente cessante da Associação, Libéria Brito, enaltecendo a excelente organização e condução do XVI Encontro da ASG-PLP.

O evento, que decorreu de 13 a 15 de Julho na Assembleia Nacional de Cabo Verde, foi encerrado após a leitura, aprovação e assinatura da Declaração Final. O XVII Encontro da ASG-PLP acontece no 2.º Semestre de 2016, em Moçambique.

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR 2015/2017

Secretária-geral assinou programas com parlamentos guineense e são-tomense

No âmbito do reforço e capacitação técnica parlamentar a Secretária-Geral da Assembleia Nacional rubricou dois programas de cooperação, com os homólogos da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe.

No dia 15 de Julho, os secretários-gerais dos parlamentos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, Libéria Brito e José Carlos da Fonseca, assinaram um Programa para o biênio 2015-2016.

Enquadrado no âmbito do Protocolo de Cooperação entre as duas instituições parlamentares, celebrado no dia 6 de Março de 2015, o Programa visa, entre outros, o fortalecimento da capacidade institucional dos dois parlamentos.

O Programa elenca a realização de acções na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, designadamente estágios *On the job* em diversas áreas parlamentares, nomeadamente Redacção, Biblioteca, Arquivo Parlamentar, Apoio ao Plenário,



Protocolo e Cerimonial, além de troca de experiência em outras vertentes, seminários, cursos de formação de curta duração e assessoria técnica.

De realçar que no capítulo da Informática a Assembleia Nacional vai cooperar na elaboração do plano estratégico de informatização da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, com estágio *On the job* na Direcção de Serviços de Informática, apoio institucional na implementação do Sistema de Contagem de Tempo, bem como na assessoria e

parlamentar.”

No dia 6 de Agosto foi a vez do parlamento caboverdiano oficializar um programa de cooperação com a congénere de São Tomé e Príncipe para o triénio 2015-2017, materializando o Protocolo de Cooperação assinado no dia 8 de Maio de 2015.

O Programa - assinado pelos Secretários-Gerais, Libéria Brito e Domingos Boa Morte - visa estabelecer um quadro de acções, a serem realizadas em áreas de relevante interesse para o aumento da eficácia dos respectivos serviços, entre elas o processo legislativo e assessoria jurídica; as relações públicas, protocolo e relações internacionais; a administração dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais; a documentação e informação, além do sector de comunicação e imagem.

Exposição: “40 anos da Independência” na Assembleia Nacional

A Assembleia Nacional promove desde o dia 3 de Julho uma exposição no âmbito das comemorações do 40.º aniversário da independência nacional, que está patente no Espaço Cidadão, inaugurado no mesmo dia pelo Presidente da Assembleia Nacional, Basílio Ramos.

Com esta exposição a Assembleia Nacional pretende, enquanto centro do poder político e Casa da democracia, dar a conhecer aos cidadãos cabo-verdianos e não só o essencial do percurso de Cabo Verde como Povo e Nação.

A exposição está dividida em quatro etapas, constituída por peças que simbolizam diferentes fases do percurso institucional da Casa Parlamentar e que são relevantes para a nossa memória, enquanto País e Estado de Direito, resumidas nos seguintes painéis: a Formação do Parlamento e a independência de Cabo Verde; Símbolos da República; o Palácio da Assembleia Nacional; Marcos relevantes da história do parlamento cabo-verdiano.



Espaço Cidadão acolhe a Exposição alusiva ao 40.º aniversário da Independência Nacional.



Brevemente leia no telemóvel

• SESSÃO PLENÁRIA DE JULHO

Parlamento reforça participação política dos cidadãos

Projecto de Lei prevê que três mil cidadãos, residentes no país ou na diáspora, possam apresentar uma iniciativa legislativa ao parlamento.

Os Deputados aprovaram, na Reunião Plenária do dia 27, por unanimidade, o Projecto de Lei que aprova o regime da iniciativa legislativa directa de grupos de cidadãos eleitores.

Após a votação na especialidade dos 24 artigos que compõem o Projecto de Lei, com 57 votos a favor, os Deputados disseram sim à participação popular dos cidadãos, através de iniciativas legislativas directas com no mínimo 3 mil subscritores.

O Projecto de Lei estabelece que os titulares do direito de iniciativa legislativa directa são os cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral, quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Na Declaração de Voto, o Deputado Mário Silva (MPD) disse que no dia 2 de Fevereiro de 2015 o Grupo Parlamentar do MPD apresentou um Projecto de Lei de iniciativa legislativa popular, porque “pensamos que se a democracia caboverdiana é representativa, com base em partidos políticos, elemento essencial de qualquer democracia moderna, parece-nos que há espaço de participação política por parte dos cidadãos.”

Segundo aquele Deputado, já na revisão de 1999 o MPD propugnava que grupos de cidadãos pudessem apresentar um Projecto de Lei na Assembleia Nacional, “os requisitos na altura, cerca de 10 mil cidadãos eleitores, por



Deputado Mário Silva (MPD)

si só enviabilizava qualquer tipo de iniciativa”, lembrou e frisou que “chegámos a um entendimento que 3 mil



Valdir Sanchez

cidadãos em Cabo Verde ou no estrangeiro pode apresentar um Projecto de Lei, dando assim oportunidade de participarem no procedimento legislativo e de as preocupações da sociedade serem colocadas na agenda política.”

“Devemos acompanhar este diploma de perto para ver as suas insuficiências e no momento oportuno fazer alterações, se for o caso, para corresponder à expectativa de todos os caboverdianos.”

Mário Silva

De acordo com Silva, o seu partido ficou contente com o consenso alcançado, temendo que a dimensão custo possa ser uma entrave ao desenvolvimento normal da iniciativa legislativa popular. “No nosso projecto estabelecemos que o Estado participava nas despesas com até 500 mil escudos para cada iniciativa com êxito e agendado pelo Plenário.”

O Deputado do MPD realçou que fazer um Projecto de Lei tem custos elevados, o que muitas vezes dissuade as pessoas de tomar a iniciativa. “Apesar de não haver consenso nessa parte, o Grupo Parlamentar do MPD achou

que isso não inviabilizaria o projecto, sendo que esperamos que um dia o PAICV mude de opinião”, afirmou.

Segundo Mário Silva, a prática em países com alguma experiência nessa área mostra-nos que sem participação do Estado, muitas vezes é extremamente difícil.

Entretanto, manifestou a satisfação do seu Grupo Parlamentar com o consenso alcançado, “é algo novo, devemos acompanhar este diploma de perto para ver as suas insuficiências e no momento oportuno fazer alterações, se for o caso, para corresponder à expectativa de todos os caboverdianos.”

Já o Deputado Arnaldo Andrade (PAICV) expressou, na sua Declaração de Voto, o orgulho do seu Grupo Parlamentar com a aprovação deste Projecto de Lei, considerando que foi dado um salto enorme na democracia caboverdiana, que deve ser uma marca da identidade de Cabo Verde. “É um grande orgulho que tenha sido possível unanimidade na aprovação deste diploma”, disse e salientou que “é um grande passo para a democracia caboverdiana, que é um recurso estratégico para continuarmos a caminhada

tem um sistema político por trás que dá sustentação a tudo isso.”

Para aquele Deputado, é importante que a democracia caboverdiana dê satisfação aos cidadãos caboverdianos. “Nesse aspecto temos que sentir orgulhosos por dar um passo fundamental para conciliar a representação política com a vontade expressa dos cidadãos sobre questões de vida colectiva”, realçou.

De acordo com Arnaldo Andrade, a iniciativa de desenvolver esse diálogo de concertação com a sociedade civil, encontrando mecanismos de calibração, é importantíssimo.

Andrade sublinhou também o facto de ter sido possível a proposta de que a admissibilidade deste diploma tenha protecção, nomeadamente sobre recursos de amparo para o Tribunal Constitucional, previsto na iniciativa. Ele afirmou que essa é a melhor prenda de 40 anos de existência que se poderia dar a Cabo Verde. “É um salto grande na qualificação da democracia caboverdiana, com a aprovação da iniciativa legislativa de cidadãos.”

A Sessão Plenária de Julho, que fechou o Ano Parlamentar, foi encerrada com o debate sobre o Estado da Nação, no dia 31, com o governo e os deputados a apresentarem e a defenderem as suas posições sobre a situação real de Cabo Verde.

para o futuro, permitindo que Cabo Verde obtenha ganhos importantes.”

“A aprovação da iniciativa legislativa de cidadãos é um salto grande na qualificação da democracia caboverdiana.”

Arnaldo Andrade

Segundo Andrade, foi em boa hora que a Maio-



Deputado Arnaldo Andrade (PAICV)

ria do PAICV desencadeou o processo de consensualização de um conjunto de matérias que tem como objectivo a realização da Constituição, melhoria do funcionamento do sistema político e qualificação da democracia. “Temos tido estabilidade política, paz e tranquilidade em Cabo Verde para trabalharmos para a infraestruturização, capacitação dos recursos humanos e criação de bases para o progresso económico”, afirmou e lembrou que “esquecemos, por vezes, que esse clima de paz e tranquilidade é possível porque o país



Brevemente
leia no
Telemóvel

QUADROS DE INFORMÁTICA DOS PARLAMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

X Encontro realçou avanços nas TIC

A principal conclusão foi de uma sensível evolução dos serviços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em todos os parlamentos presentes, com particular destaque para o cabo-verdiano, o angolano e o timorense.

O X Encontro de Quadros de Informática dos Parlamentos de Língua Portuguesa teve lugar na Assembleia Nacional, de 13 a 17 de Abril.

Na cerimónia de abertura, a Secretária-Geral da Assembleia Nacional, Libéria Brito, disse que o evento enquadrava-se no plano de actividades do XV Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de língua portuguesa, realizado em Brasília, em Setembro de 2014. “Neste décimo Encontro, cujo tema central é a Segurança da Informação, será também abordada a questão da reforma dos parlamentos, com enfoque na experiência parlamentar caboverdiana.”

Libéria Brito realçou os investimentos realizados

pela Assembleia Nacional neste domínio, nomeadamente no novo Centro de Informática. “O Data Center foi um investimento bastante forte e trata-se de uma das principais alavancas rumo à modernização do nosso Parlamento.”

Segundo o Director dos Serviços de Informática, Emanuel Correia, o objectivo do X Encontro foi analisar os avanços tecnológicos de cada parlamento da CPLP,



detectar falhas e propor algumas metas que devem ser atingidas.

A principal conclusão foi de uma sensível evolução dos serviços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em todos os parlamentos presentes, com particular destaque para o Cabo-verdiano,

o Angolano e o Timorense.

Tendo em conta os eventos anteriores, nomeadamente o de 2014, em Brasília, os participantes reconheceram que a troca de experiências e as recomendações estabelecidas foram fundamentais para o desenvolvimento alcançado.

Não obstante os avanços, segundo os participantes, ainda há constrangimentos em alguns parlamentos, entre os quais o número inadequado de técnicos especializados, carência de orçamento próprio, dispersão de esforços entre os parlamentos para implementação de um sistema de apoio ao processo legislativo, além de ausência da utilização e cumprimento do Plano Estratégico das TIC.

No término e balanço do X Encontro foram apontadas algumas recomendações que visam ultrapassar os constrangimentos constatados, nomeadamente: a elaboração do Plano Estratégico das TIC para os parlamentos que não o possuem, que seja alinhado com os objec-

tivos estratégicos das áreas administrativas e política; o cumprimento do Plano Estratégico das TIC; a adoção de políticas de pessoal que conduzam à contratação de técnicos especializados para as áreas das TIC; a formação contínua dos profissionais das áreas das TIC; a capacitação dos utilizadores finais no uso das tecnologias; a implementação de Data Centers em todos os parlamentos; a assistência técnica da Câmara dos Deputados na implementação do SisAudio 2; a criação de guias de serviços tecnológicos orientados aos sujeitos parlamentares; a elaboração de normas sobre a utilização de recursos computacionais; que, de acordo com as boas práticas, 1 a 5% do orçamento geral do Parlamento

seja destinado às TIC, sobretudo nos parlamentos africanos de Língua Portuguesa; a promoção da formação contínua dos profissionais da área das TIC, garantindo uma constante actualização de conhecimentos; a realização do XI Encontro dos Quadros de Informática, de semelhança do que tem sido prática, no país que detiver a presidência da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa. Os Encontros dos Quadros Informáticos dos Parlamentos da Língua Portuguesa são realizados anualmente, no quadro do plano de actividades da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos da Língua Portuguesa.



Workshop debateu segurança da informação parlamentar

Enquadrado no X Encontro de Quadros de Informática dos PLP, que decorreu durante quatro dias na Assembleia Nacional, realizou-se no dia 15 de Abril, um Workshop sobre o processo de Reforma do Parlamento em Cabo Verde e a problemática da segurança da informação parlamentar.

Segundo o Deputado Lívio Lopes, presidente da Comissão Eventual da Reforma do Parlamento (CERP), que proferiu umas das comicações, está-se a pensar



numa reforma integrada, não apenas na questão política ou regimental, mas também que tenha em conta toda a dimensão orgânica, administrativa e tecnológica. “Neste capítulo em particular de uso de novas tecnologias há uma preocupação específica em relação à segurança da informação”, frisou para realçar que “é também uma garantia aos Deputados de que podem sustentar toda a sua acção com base em novas tecnologias.”

Para Avelino Pires, chefe da Divisão de Comunicação e Segurança, o *E-parliament* ou parlamento digital consiste na implementação de um parlamento com suporte nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em que os sujeitos parlamentares utilizem as ferramentas



disponíveis para desempenhar as funções com maior eficácia, eficiência e transparência. “A definição do *E-parliament* está associada à visão de um Parlamento moderno, por isso foram efectuados alguns investimentos, nomeadamente na implementação de uma infraestrutura tecnológica e de comunicação sólida, além de se enquadrar as outras ferramentas de acordo com as reformas políticas que se quer implementar.”

Participantes no X Encontro



Presidente da Assembleia Nacional conferiu posse aos membros da ARC

O Presidente da Assembleia Nacional, Basílio Ramos, conferiu posse, dia 23 de Julho, aos membros da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social (ARC), eleitos pelas Resoluções n.º 138/VIII/2015 de 13 de Julho e n.º 128/VIII/2015 de 14 de Abril.

Basílio Ramos expressou, no seu discurso, que a eleição dos membros da ARC é a conclusão de um ciclo dos órgãos que o Parlamento deveria eleger e empossar, enaltecendo a perseverança dos Deputados Felisberto Vieira e Fernando Elísio Freire, o que permitiu



ao Parlamento concluir com êxito esta missão. “Há muito que já se fazia sentir a necessidade de tornar operacional esta autoridade reguladora” frisou e realçou que “são pessoas de reconhecida competência técnica e profissional, que a sociedade reconhece nas idoneidade e comprometimento ético.”

Segundo Basílio Ramos, não obstante os avanços conseguidos pelo sector da comunicação social, a regulação, ou falta dela, é uma das maiores fraquezas que se pode apontar nesta área. “Apesar do enquadramento legal existente, a eficiência dos diversos sectores nesta matéria tem-se quedado aquém das expectativas” observou e expectou que “com a criação desta entidade em 2011 e a eleição dos membros que tenho a honra de conferir posse,



estou convencido de que entramos numa nova fase.”

A presidente da ARC, Arminda Barros, revelou, na sua alocução, a honra e a satisfação com que receberam a confiança dos Deputados da VIII Legislatura, que os elegeram para integrar a primeira Autoridade Reguladora para Comunicação Social. “Põe, assim, cobro a anos de vazios em matéria de regulação, acompanhamento e

supervisão dos meios de comunicação social no nosso país”, afirmou e confessou que “estamos cientes do papel e da missão de servidores públicos, o que exigirá de nós um aturado esforço de contribuir para a garantia dos direitos de liberdade de imprensa, de expressão e de informação dos cidadãos.”

Integram a ARC: Arminda Pereira de Barros (Presidente) e os membros

Alfredo Henrique Mendes Dias Pereira, Jacinto José Araújo Estrela, Karine de Carvalho Andrade Ramos e Maria Augusta Évora Tavares Teixeira.

A cerimónia de empossamento contou com a presença de Deputados, membros do governo, autoridades ligadas à comunicação social, jornalistas, além de funcionários e dirigentes da Assembleia Nacional.

Assembleia Nacional cria Espaço Cidadão

A Assembleia Nacional inaugurou, sexta-feira, dia 3 de Julho, o Espaço Cidadão, enquadrado nas celebrações dos 40 anos da Independência de Cabo Verde.

No ato de inauguração, o Presidente da Assembleia Nacional, Basílio Ramos, realçou que o espaço permitirá aos cidadãos visitarem o Parlamento e terem acesso rápido aos diferentes serviços e às várias informações disponibilizadas. “É com essa preocupação de modernização e aproximação do parlamento à sociedade

que investimos 200 mil contos nessa legislatura e que consubstanciam todos os ganhos”, frisou para realçar os apoios do Parlamento português, o trabalho feito pela equipa de parlamentares que trabalharam no âmbito da Reforma, além de ter reconhecido o trabalho dos técnicos da Assembleia Nacional. “Fizeram um trabalho extraordinário e é graças a essa dedicação que temos esse produto que estamos a mostrar.”

Para Albertina da Graça, Directora dos Serviços de Documentação e Informação Parlamentar, este Espaço está enquadrado numa política crescente de abertura da casa parlamentar aos cidadãos. “Foi pensado para ser uma área multidisciplinar e interativa, que contribuirá para uma maior aproximação entre o Parlamento e a sociedade civil.”

Segundo ela, será uma área que trabalhará em estreita colaboração com os serviços da Biblioteca e



do Arquivo da Assembleia Nacional, e interagirá com os demais serviços na promoção e divulgação das atividades do Parlamento, através da organização de exposições temáticas sobre a história parlamentar, colaboração com instituições museológicas e realização de exposições diversas nas instalações do Parlamento, visitas guiadas, lançamento de livros, entre outras.

Trata-se de um espaço de acolhimento e de lazer que terá uma vertente

de informação, colaborará na promoção e divulgação das atividades da Assembleia Nacional, além de disponibilizar aos visitantes nacionais e estrangeiros referências importantes sobre a memória da história política e identitária de Cabo Verde, com as quais a Assembleia Nacional está ligada.

O Espaço Cidadão possui dispositivos e equipamentos modernos, entre os quais quiosques digitais que promovem a interação, possibilitam visitas

virtuais ao Parlamento, acesso digital a informações sobre a Assembleia Nacional, além de acesso à internet, constituindo um contributo do Parlamento cabo-verdiano no âmbito da Reforma em curso.



ENTREVISTA

O Presidente da Assembleia Nacional, Basílio Ramos, avalia positivamente a produção legislativa do último Ano Parlamentar, aponta os grandes destaques em termos de iniciativas legislativas aprovadas, realça a importância dos instrumentos da Reforma e indica caminhos para o futuro do Parlamento, ou seja, os principais desafios para a próxima legislatura.



“Devemos prosseguir com a Reforma do Parlamento, é urgente, porque há um desfasamento entre o modelo de funcionamento do Parlamento e o desenvolvimento do país.”

JP - Que avaliação faz sobre a produção legislativa do Ano Parlamentar 2014-2015?

BR - Julgo que foi um ano muito produtivo, já que o desempenho do Parlamento deve ser avaliado, fundamentalmente, pela sua intervenção na área legislativa e na área de fiscalização do governo.

Em termos de produção legislativa, o Parlamento aprovou 51 iniciativas, entre elas algumas extremamente importantes para a vida do país.

JP - Quais foram os principais destaques?

BR - No domínio da Reforma Tributária: o Código de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS), o Código de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) e a Proposta de Lei que aprova o Código de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

No domínio da Justiça: podemos falar da Lei que estabelece a organização, composição, competência e funcionamento do Serviço da Inspeção Judicial; a lei que estabelece a organização, composição, competência e funcionamento do Serviço de Inspeção do Ministério Público; a autorização legislativa para se alterar o Código Penal, o Código do Processo Penal e o Código de Contratação Pública, isso em termos de leis gerais.

“A consolidação do nosso regime democrático depende, em grande medida, da força e da eficácia que o Parlamento tiver.”

JP - Que outras iniciativas legislativas aprovadas merecem realce?

BR - Há uma dimensão fundamental que tem a ver com a participação política dos cidadãos, visto que durante o ano parlamentar 2014-2015 aprovámos: a Lei do Referendo Nacional e a Lei que regula a iniciativa popular. São duas iniciativas que vão contribuir para o aumento da participação dos cidadãos na vida política e para a qualificação da nossa democracia, além da dimensão representativa há essa dimensão de

participação directa.

Para mim foram duas iniciativas importantes e fundamentais, porque vêm garantir o alargamento da participação dos cidadãos e a densificação do nosso sistema democrático.

“Devemos dotar o Parlamento do novo Regimento, ver a questão do Estatuto do Titulares de Cargos Políticos, independentemente da configuração que vier a ter, julgo que é incontornável a sua aprovação.”

Instrumentos da Reforma

Importa dizer que no âmbito da Reforma do Parlamento aprovou-se o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos, acabou por ser vetado, mas de todo modo ficou o Regimento que foi aprovado na generalidade, todo o trabalho fica feito para o futuro, e acredito que



na próxima legislatura esse diploma fundamental para a Reforma do Parlamento será aprovado.

JP - Como avalia a função de fiscalização política no último ano parlamentar?

BR - No domínio da fiscalização, outra dimensão fundamental da actividade parlamentar, vale dizer que foram realizadas doze declarações políticas, cinco debates, para além dos dois obrigatórios sobre a Situação da Justiça e o Estado da Nação, fizemos ainda mais três debates; duas interpelações e foram respondidas cento e quarenta e

uma perguntas dos Deputados, que são mecanismos de fiscalização da actividade governativa.

Há um elemento fundamental da actividade de fiscalização que é a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o desaparecimento do navio Roterdão e o afundamento do navio Vicente, cujo relatório já está pronto e publicado, julgo que na Sessão de Novembro teremos a oportunidade de apreciá-lo na Plenária.

JP - Quais foram os principais desafios e ganhos da actividade parlamentar?

BR - Quanto à actividade parlamentar, elegemos e empossamos os órgãos externos que estavam bloqueados, desde há muito, foi um elemento fundamental a resolução da questão dos órgãos externos, nomeadamente o Tribunal Constitucional, a Comissão Nacional de Protecção de Dados, o Provedor de Justiça e a Autoridade

desenvolvem muitas ações. São intervenções importantes e que permitem uma maior projecção do Parlamento cabo-verdiano.

JP - O que tem a dizer sobre a administração parlamentar?

A administração parlamentar é um elemento importante a ser assinalado, tendo em conta todo o trabalho feito no âmbito da Reforma, de modernização, desmaterialização e informatização cada vez mais do nosso Parlamento, nomeadamente a criação do Data Center, a instalação da infraestrutura de videoconferência, o Espaço Cidadão, o novo portal, a visita virtual e algumas publicações.

São dimensões importantes das nossas acções, o que me leva a concluir que foi um bom ano, quer em termos de produção legislativa, quer em termos de fiscalização das actividades do governo ou nas outras áreas da diplomacia parlamentar.

“O nosso funcionamento de sessões mensais já não responde à dinâmica do país, aliás isso foi muito discutido na altura que se procurou aprovar o novo Regimento e o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos, esta é uma questão fulcral.”

JP - Que comentários faz aos dados que apontam o governo como o maior legislador em Cabo Verde.

Tenho alguma reserva em analisar a questão de o governo ser o maior legislador como ela é colocada. Pergunto em que Parlamento que o governo não é o maior legislador, portanto sejamos claros quanto a isso.

O Parlamento precisa legislar mais, ter iniciativas próprias, mas para isso também é preciso que o Parlamento esteja melhor preparado. Temos que criar as melhores condições para que os grupos parlamentares e os Deputados, individualmente, possam, efectivamente, ter iniciativa.

Julgo que poderemos melhorar, sim, deveremos registar que a maior parte das iniciativas

são do governo, mas também ver quais são os recursos dos dois órgãos, isso não é um problema de Cabo Verde, é universal, é um problema das democracias do nosso tempo. Acho que nós todos devemos

BR - O novo Ano Parlamentar é especial, por ser um ano relativamente curto devido às eleições, mas isso é normal em qualquer parte do mundo. Para este ano temos, de certeza, a Sessão de Outubro, Novembro e

modernizado, propiciando aos Deputados mais recursos e capacidade para intervirem.”

A Sessão Plenária de Outubro foi bastante carregada, tivemos muitas iniciativas agendadas, houve o debate sobre a Situação da Justiça, duas interpelações, além de perguntas dos Deputados ao governo.

Acredito que mesmo na Sessão de Novembro-Dezembro iremos ter muita matéria legislativa, porquanto se aproxima o fim da legislatura e a tendência é procurar resolver uma série de questões que ainda não foram resolvidas em termos de legislação.

JP - Quais são os grandes desafios e metas para a próxima legislatura?

BR - Julgo que devemos prosseguir com a Reforma do Parlamento, é urgente, porque há um desfasamento entre o modelo de funcionamento do Parlamento e o desenvolvimento do país.

O nosso funcionamento de sessões mensais já não responde à dinâmica do país, aliás isso foi

muito discutido na altura que se procurou aprovar o novo Regimento e o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos, esta é uma questão fulcral.

Devemos dotar o Parlamento do novo Regimento, ver a questão do Estatuto do Titulares de Cargos Políticos, independentemente da configuração que vier a ter, julgo que é incontornável a sua aprovação.

Deve-se continuar a apostar no reforço da capacidade do Parlamento, ser cada vez mais modernizado, propiciando aos Deputados mais recursos e capacidade para intervirem. Julgo que a consolidação do nosso regime democrático depende, em grande medida, da força e da eficácia que o Parlamento tiver.

Essas são as linhas mestras: o reforço do papel do Parlamento, a modernização do Parlamento e a criação de condições para que o Deputado, efectivamente, possa exercer o seu papel de representante do povo e de fiscal legislador e das actividades governativas.



estar conscientes dessa realidade e trabalharmos para melhorar.

Acredito que com toda a reforma que o Parlamento tem feito, a desmaterialização e melhoria das condições de trabalho poderemos melhorar bastante o desempenho futuramente.

JP - Quais são as expectativas sobre o novo Ano Parlamentar 2015-2016?

“Deve-se continuar a apostar no reforço da capacidade do Parlamento, ser cada vez mais

Dezembro.

As sessões de Janeiro e Fevereiro vão depender da marcação da data das eleições pelo Sr. Presidente da República, mas de todo modo vamos continuar a trabalhar com o mesmo afincio que fizemos até hoje.

Balço do Ano Parlamentar 2014-2015

“O Parlamento tem cumprido o seu papel de centro vital democrático cabo-verdiano e de legislador, por excelência, no modelo da democracia parlamentar que temos” - Deputado Felisberto Vieira, Líder Parlamentar do PAICV.



JP - Qual é a sua análise sobre o Ano Parlamentar 2014-2015?

FV - Acho que o Parlamento tem cumprido o seu papel de centro vital democrático cabo-verdiano e de legislador, por excelência, no modelo da democracia parlamentar que temos. Tem havido grandes iniciativas legislativas da parte do governo, maioritariamente da parte do governo, também tem havido várias iniciativas legislativas de outros sujeitos

parlamentares.

JP - Que avaliação faz da produção legislativa no último ano?

FV - Do ponto de vista da produção legislativa, creio que, estatisticamente, aumentámos em relação ao ano anterior, o que demonstra o cumprimento cabal do papel reservado ao Parlamento, no quadro da matriz constitucional que

Em relação à fiscalização da atividade

governativa, também tivemos uma performance muito boa: aumentou-se o número de perguntas ao governo, de debates, de interpelações, de audições externas ao Parlamento pelas comissões especializadas, de presenças de membros do governo nas comissões especializadas, o que é muito importante.

JP - Que balanço faz do trabalho da administração parlamentar na última legislatura?

FV - O Parlamento tem feito um extraordinário esforço de modernização e de Reforma, quer do ponto de vista legislativo, quer orgânico ou de infra-estruturação tecnológica. Hoje o Parlamento cabo-verdiano é chamado para apresentar as suas experiências em vários fóruns internacionais, regionais, tendo em conta que é considerado como um Parlamento moderno e modelo na nossa Sub-região Oeste africana.

Diria que o Parlamento cumpriu e bem o papel que lhe é reservado nos termos da Constituição da República.

“É inevitável continuarmos essa Reforma. Toda a infra-estruturação tecnológica ficará dependente de três diplomas macro, pilares desta Reforma: o novo Regimento, o novo Estatuto dos Deputados e a nova Lei Orgânica do Parlamento.”

JP - Das iniciativas legislativas aprovadas no último ano parlamentar quais foram os principais destaques?

FV - Devo salientar aqui o pacote sobre a reforma tributária, a reforma fiscal, que é um instrumento fundamental de política do governo, foram aprovados três códigos que vão permitir a modernização de todos os serviços da administração fiscal cabo-verdiana. Realço também as reformas no sector da Justiça, nomeadamente os códigos penais: o Código do Processo Penal, o Código Civil, a nova Lei sobre os Serviços e Notariado, o Estatuto dos Magistrados, para além da reforma do sistema educativo, da saúde e da segurança social.

JP - A Reforma traz inovações no funcionamento do Parlamento. Neste sentido, que implicações têm a não aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos e do novo Regimento?

FV - Têm implicações. Em relação ao novo Regimento há instrumentos da reforma tecnológica que instituímos e já estão instalados, a contagem do tempo e a votação eletrónica, por exemplo, além de outros aspectos modernizadores do sistema, não terão eficácia prática porque o Regimento atual não os prevê.

Há outros impactos na eficácia e eficiência do trabalho

parlamentar, sobretudo no quadro do relacionamento institucional com o governo. Quando prevemos maior presença do Primeiro-ministro e dos membros do governo no Parlamento, introduzirmos o princípio “Dia do deputado” para falar dos círculos eleitorais, além do debate das ilhas, são coisas absolutamente novas que criarão naturalmente uma nova dinâmica na mecânica parlamentar.

O importante é que os estudos foram feitos e os diplomas estão prontos e os próximos sujeitos parlamentares terão a responsabilidade, se acharem que isto é bom, darão certamente continuidade.

JP - Quais são os grandes desafios do Parlamento para a próxima legislatura?

FV - É inevitável continuarmos essa Reforma. Toda a infra-estruturação tecnológica ficará dependente de três diplomas macro, pilares desta Reforma: o novo Regimento, o novo Estatuto dos Deputados e a nova Lei Orgânica do Parlamento.

“O primeiro grande desafio do parlamento é fazer a Reforma, é fundamental para que se ajuste à realidade económica e social e assumo o seu papel de centro do sistema político cabo-verdiano” - Deputado Fernando Elísio Freire, Líder Parlamentar do MPD.

JP - Que balanço faz da produção legislativa do ano parlamentar 2014-2015?

FEF - O último ano parlamentar foi muito intenso, foi um ano histórico e extraordinário para o Parlamento, em que conseguimos cumprir a Constituição, fechar todos os acordos sobre os órgãos externos, o Tribunal Constitucional, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, a Comissão Nacional de Eleições, a Agência Reguladora da Comunicação Social e o Provedor de Justiça. Neste momento estamos em condições de afirmar que já cumprimos, quase na totalidade, aquilo que a Constituição prevê, que é um grande ganho para o Parlamento.

JP - Como foi a materialização da fiscalização política do Parlamento nesse ano?

FEF - Quanto à fiscalização da atividade governativa foi um ano muito intenso, principalmente da parte do Grupo Parlamentar do MPD, conseguimos introduzir alguns debates, perguntas ao governo, interpelações, demonstrando claramente a vitalidade do MPD na construção de uma alternativa de governo e a vitalidade do próprio Parlamento.

JP - Quais são os principais realces relativamente às leis aprovadas?

FEF - Em termos de iniciativas legislativas, da nossa parte aquilo que propusemos ao Par-



lamento foi a Lei sobre a liberdade religiosa, também sobre a Polícia Municipal e também uma Lei sobre a comemoração das datas da independência e da democracia. Naturalmente que orgulhámo-nos daquilo que temos feito para o parlamento, mas daria destaque às iniciativas legislativas que tiveram também o acordo dos grupos parlamentares. Convém aqui dizer que nas iniciativas em que os interesses nacionais assim o determinam os grupos parlamentares têm conseguido acordos, acredito que mais de 60% são por unanimidade, o que demonstra bem o grau de maturidade do nosso Parlamento e também o engajamento dos Deputados na resolução dos problemas.

“O primeiro grande desafio do Parlamento é fazer a Reforma, acreditamos que é fundamental para que se ajuste à realidade económica e social do país, que assumo o seu papel de centro do sistema político cabo-verdiano.”

JP - Que implicações a não aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos e do novo Regimento poderão ter no funcionamento do Parlamento.

FEF - Consideramos que o Parlamento como um todo errou ao não comunicar bem quais as vantagens e qual era a necessidade de aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos e sua importância para a Reforma do Parlamento. Neste momento a Reforma está muito condicionada, porque tudo aquilo que é modernidade e a nova dinâmica política, económica e social do país impuseram ao Parlamento não vai ser conseguido com um novo Regimento e Lei Orgânica, visto que o Estatuto foi vetado pelo Sr. Presidente da República.

Consideramos que na questão fundamental da Reforma do Parlamento a demagogia é fácil, um conjunto de ruídos impediram

esta Reforma fundamental. O Parlamento tem que continuar a explicar, a melhorar, a aumentar a sua produtividade para que, de facto, a população aceite, com maior naturalidade, a Reforma e o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos. Que fique bem claro a posição do MPD, a demagogia fácil e populista derrotou uma das grandes reformas do nosso sistema democrático, que era a Reforma do Parlamento.

JP - Quais os grandes desafios do Parlamento nos próximos tempos?

FEF - O primeiro grande desafio é fazer a Reforma, acreditamos que é fundamental para que se ajuste à realidade económica e social, que assumo o seu papel de centro do sistema político cabo-verdiano como diz a Constituição e devemos trabalhar para materializá-la. É isto o caminho do futuro, dando mais credibilidade ao Parlamento, mais

produtividade e, acima de tudo, fazer com que seja, efetivamente, a Casa do povo e onde as populações se sintam representadas.

JP - Considera que o Parlamento tem desempenhado a sua função ao longo do tempo de cérebro do sistema político cabo-verdiano e da consolidação da democracia?

FEF - Considero que o Parlamento esteve nos grandes momentos da nossa democracia, foi aqui que se aprovou a Constituição de 92, que se conseguiram os grandes acordos para a afirmação de Cabo Verde a nível internacional. O Parlamento tem estado sempre ao serviço do país, contudo na dinâmica política e social, por exemplo, o nosso sistema tem feito com que, na parte de iniciativas legislativas, o governo tenha mais protagonismo, mas também é normal porque está a executar um programa que tem um suporte político numa maioria.

O Parlamento esteve sempre nos grandes momentos do país e vai continuar a estar, contudo é preciso reforçar, dar maior credibilidade e fazer com que assumo, de facto, o seu papel de centro do sistema político.

